



WILDER DALA QUINJANGO
Superando desafios, inspirando mentes
com paixão e propósito



CEU INÁCIO MONTEIRO

Cuidando da segurança e do bem-estar da comunidade



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 60 (ago. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 338 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.60>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

José Wilton dos Santos

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

10 O QUE VEM AÍ? "DIREITO E SOCIEDADE"

Mirella Clerici

11 POIESIS

14 PLANO DE PROTEÇÃO E GUARDA

CEU INÁCIO MONTEIRO

46 RELATO DE CASO

INTERVENÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela dos Santos Magalhães

12 DESTAQUE

WILDER DALA QUINJANGO

ARTIGOS

1. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ANA MARIA DAINAUSKAS SOARES	52
2. POTENCIALIZANDO O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA CRIATIVIDADE - ANGÉLICA RODRIGUES VALENTIN	60
3. GESTÃO ESTRATÉGICA E SEU IMPACTO ORGANIZACIONAL. ESTUDO DE CASO NA EDIÇÕES NOVEMBRO, EMPRESA PÚBLICA 2023 - ANGELINA DE FÁTIMA CHITUNDO ESTÉVÃO YOPILO	70
4. ENTRE SABORES E SABERES: A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA FORMAÇÃO INFANTIL - AUREA CARVALHO DE SOUZA	77
5. A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS EM ANGOLA - DANIEL PEDRO JOSÉ	82
6. ESTUDO DE CASO NA DIREÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BELAS, ANGOLA - DOMINGOS ELIAS SACHICO	86
7. UMA ABORDAGEM PRELIMINAR NA EMPRESA SIABONGA COMERCIAL, LDA NO I SEMESTRES DE 2024 - DOMINGOS FERNANDO CASSUENDE LUCUNDE	93
8. O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA - DORIVALDO DA GRAÇA GUEDES TAVARES / EDMILSON DOS PRAZERES DA SILVA	97
9. ESTUDO DE CASO EMPRESA ISABELINHA COMERCIAL 2023 A 2024 - EDSON MARIA SEBASTIÃO JORGE	106
10. A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ELISETE VICENTE DA SILVA OLIVEIRA	114
11. COMUNICAÇÃO INTERNA: FACTORES QUE INFLUENCIAM A COMUNICAÇÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES - ESTEVÃO QUIXINA CASSULE	133
12. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO: "CASO DA EMPRESA WILVIMAR COMERCIAL, LDA 2021-2022" - EUNICE MUANSA MUESHI	139
13. O MARKTING DE RELACIONAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES COMO FACTOR DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO - FELICIANA DA CRUZ VICENTE MANUEL	146
14. IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES CASO EMPRESA INTERSACHI, LDA-ANGOLA - FERNANDO SANJI	154
15. AVALIAÇÃO CRITERIAL EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DAS FASES EXPERIMENTAIS DOS EXAMES NACIONAIS - FORTUNA NETO FIGUEIREDO VITANGUI	158
16. A AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - GIRLENE NASCIMENTO DA SILVA MANTOVANI	169
17. ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO ORAL DO PROFESSOR PARA FOMENTAR O PENSAMENTO CRÍTICO E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL - INGRID DA SILVA CAVALCANTE DE PAULA	176
18. O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: QUEBRANDO ROTINA DO ENSINO TEÓRICO - JOAQUIM PEREIRA BRAVO	182
19. OS DESAFIOS DO MARKETING DIGITAL NO CONTEXTO ONLINE: A SEGMENTAÇÃO DE MERCADO DAS MPMEs EM MALANJE EM 2025 - JOSÉ CAMPOS KIFUBA	192
20. BIOFILIA DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR: COMO FAZER? - JULIANA DA SILVA OLIVEIRA	204
21. EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS ESCOLAS PÚBLICAS? - LUZINETE BISPO DOS SANTOS	213
22. IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO COMPLEXO ESCOLAR SANTO ANTÓNIO NO MUNICÍPIO DE MAQUELA DOZOMBO, PROVÍNCIA DO UÍGE - MANUEL ESTEVES MUTALO COA	222
23. ESTUDO COMPARATIVO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DA CADEIA DE VALOR DA REFRIANGO, LDA E DA COCA-COLA BOTTLING 2018-2020 - MANUEL LIGAS ANTÓNIO	229
24. ARTE E A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO - MARCELO SANTOS DE MASCARENHAS	234
25. A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SOBRE OLHARES DE GRANDES AUTORES - MARIA APARECIDA ARMANDILHA NUNES	241
26. APLICAÇÃO ESTRATÉGICA DO BALANCED SCORECARD NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ANGOLANAS.CASO: BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO BPC (2020 - 2022) - MARIA MVÚ ANDRÉ DONDO	247
27. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR - MARIANGELA DE JESUS CHAGAS	251
28. ÉTICA SILENCIADA: FRAGILIDADES DA FISCALIZAÇÃO DISCIPLINAR NA OAB E PROPOSTAS DE REFORMA - MIRELLA CLERICI	258
29. ESTUDO SOBRE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO EM ANGOLA - NELITO ANTÓNIO	265
30. GERAÇÃO CONECTADA, INFÂNCIA EM RISCO: PERIGOS E CUIDADOS NA INTERNET SOB A PERSPECTIVA DE JONATHAN HAIDT - PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	272
31. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:DESAFIOS E AVANÇOS NA INCLUSÃO - SILVIA HARUE YOGUI	280
32. FRACASSO ESCOLAR E DESIGUALDADES SOCIAIS: O QUE DIRIA PAULO FREIRE E DERMEVAL SAVIANI? - SOLANGE APARECIDA SILVA	287
33. DO CUIDAR AO EDUCAR: CONSTRUINDO AUTONOMIA E IDENTIDADE NA INFÂNCIA - SUELLEN VIDAL ARAÚJO DA SILVA	293
34. GRÊMIOS ESTUDANTIS: HISTÓRICO,LEGISLAÇÃO E FUNÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - SYLAS IVAN RIZZO TUDECH	300
35. TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL: ARTICULAÇÕES ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO - TÂNIA MARIA PEREIRA CASTRO	306
36. O PAPEL DAS PRÁTICAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - THAIS MARANHÃO PEREIRA RODRIGUES	312
37. A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO - VANESSA FERNANDES LEANDRO DE ASSUNÇÃO	322
38. EDUCAÇÃO FEMINISTA: MOVIMENTO SOCIAL ARTICULADO COM A EDUCAÇÃO - VIVIANE MARCIA SANTOS DE MASCARENHAS	328

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL: ARTICULAÇÕES ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E POLÍTICA PÚBLICA NA CIDADE DE SÃO PAULO

TÂNIA MARIA PEREIRA CASTRO¹

RESUMO: A concepção de educação integral adotada pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo fundamenta-se na valorização dos sujeitos em sua totalidade e na articulação entre escola, comunidade e território. O programa São Paulo Integral avança na perspectiva de um currículo que se relaciona com os contextos socioculturais dos estudantes, reconhecendo os territórios como espaços potentes de aprendizagem. Esta abordagem rompe com a lógica tradicional de ensino fragmentado, inserindo o cotidiano, a cultura local e os saberes populares no planejamento pedagógico. A partir das políticas públicas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, observa-se um esforço em consolidar práticas educativas que promovam a equidade, a diversidade e o direito à cidade, com destaque para as iniciativas de mapeamento e ativação dos potenciais educativos do território. Este artigo, de natureza qualitativa e com base em revisão bibliográfica, busca discutir como os territórios educativos contribuem para a efetivação da educação integral, refletindo sobre os desafios e possibilidades dessa prática no contexto das escolas municipais.

Palavras-chave: Educação Integral; Territórios Educativos; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A implementação da educação integral nas redes públicas de ensino representa um avanço significativo nas políticas educacionais brasileiras, especialmente por propor uma formação mais ampla, que ultrapassa os limites da grade curricular tradicional. Em São Paulo, a proposta da Secretaria Municipal de Educação valoriza a articulação entre escola, comunidade e território, reconhecendo que o processo educativo ocorre em múltiplos espaços e tempos.

No entanto, concretizar essa concepção exige a superação de inúmeros desafios, tais como a fragmentação das políticas públicas, a

desigualdade no acesso aos recursos e a dificuldade de articulação intersetorial entre as diferentes esferas da administração pública. Além disso, é necessário que as escolas desenvolvam uma nova cultura institucional que compreenda o território como extensão pedagógica do currículo, rompendo com a lógica escolar centrada apenas na sala de aula.

Justifica-se este estudo pela urgência em aprofundar o debate sobre a efetivação da educação integral a partir dos territórios educativos, especialmente no contexto da maior cidade da América Latina. O município de São Paulo, com sua diversidade social, cultural e econômica, oferece uma multiplicidade de

1 Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE); Especialista em Ensino de Ciências pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); Especialista em Docência de Ciências da Natureza pela Universidade São Judas Tadeu (SME/SP); Professora de Educação Básica II (Ciências) na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Professora de Ensino Fundamental II e Médio – Ciências, e Professora Orientadora de Educação Integral (POEI), da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de São Paulo.

territórios com potencial formativo, mas que ainda são pouco mobilizados pelas políticas escolares.

Considerar o território como dimensão educativa requer que os profissionais da educação, gestores e comunidades escolares se apropriem de uma visão ampliada da aprendizagem, em que experiências, saberes locais e espaços comunitários sejam integrados ao projeto pedagógico da escola. Nesse cenário, refletir sobre os avanços e limites da política de educação integral torna-se fundamental para garantir práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e contextualizadas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral analisar como a educação integral tem sido desenvolvida no município de São Paulo a partir da perspectiva dos territórios educativos. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos teóricos que sustentam a proposta de educação integral; identificar os desafios para sua implementação em contextos urbanos marcados por desigualdades sociais; e mapear estratégias e práticas que possibilitem a efetiva articulação entre escola e território.

A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica, de modo a subsidiar uma reflexão crítica sobre as políticas públicas educacionais e suas interfaces com os contextos socioterritoriais da cidade.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: CONCEPÇÕES, DESAFIOS E PRÁTICAS NA PERSPECTIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A Educação Integral assume um lugar central nas políticas educacionais contemporâneas, configurando-se não apenas como extensão da jornada escolar, mas como um paradigma pedagógico que visa à formação integral do sujeito nas dimensões intelectual, emocional, cultural, social e física. Essa perspectiva se alinha às ideias de educação para a cidadania reflexiva, presente em obras como Educação Integral e Cidades Educadoras (SESC-SP, 2017).

No contexto paulista, um marco político relevante foi a ampliação gradual do Programa São Paulo Integral, que, respaldado pelos Centros Educacionais Unificados (CEUs), articulou espaços públicos do entorno para além da escola e voltou-se à lógica de cidade educadora, marco teórico contemporâneo no debate sobre Educação Integral (SME, s.d.).

Essa centralidade política revela que a Educação Integral precisa ser entendida como uma proposta que deve acolher o território como dimensão educativa — utilizando-o não apenas como espaço, mas como agente formativo, que proporciona experiências sensíveis e contextuais aos educandos (FARIAS; REIS, 2023).

A concepção de território educativo não se limita à geografia, mas envolve saberes, práticas comunitárias, instituições culturais e a pluralidade de afetos e memórias que circulam no entorno da escola — exatamente o que Farias e Reis (2023) identificam ao discutir a materialização da Educação Integral em sua dimensão territorial.

As bases legais do Programa São Paulo Integral estão estruturadas por portarias e instruções normativas que orientam o uso desses territórios educativos, conferindo respaldo institucional às práticas escolares que se expandem para além dos muros — instrumento legal central para a implementação dessa política.

Ações práticas, como os Guias de Potenciais Educativos dos Territórios, representam uma interface concreta entre política e prática, uma vez que identificam e mapeiam recursos culturais, comunitários e artísticos nos bairros, orientando a articulação entre escola e território (SME; ITAÚ SOCIAL, 2025).

Além desses guias, as experiências pedagógicas desenvolvidas nas escolas do município explicitam uma educação que dialoga com a realidade local — uma infraestrutura que transcende as salas de aula permite o envolvimento criativo com parques, centros

comunitários e espaços públicos (SME, 2017).

Esses princípios pedagógicos — cidade educadora, democracia participativa, diálogo e currículo significativo — são alinhados teoricamente aos conceitos desenvolvidos no campo da educação decolonial e crítica, revisitados por autores como Farias e Reis (2023).

A abordagem da cidade como educadora implica que as políticas sejam pensadas de modo intersetorial e interdisciplinar — integrando educação, cultura, esporte, saúde e assistência social num projeto comum, com olhar voltado à integralidade dos sujeitos (SESC-SP, 2017).

Do ponto de vista pedagógico, considerar uma educação situada no território exige empoderamento dos sujeitos, interculturalidade, escuta ativa e corresponsabilidade nos processos de construção do currículo — práticas já presentes em propostas experimentais desenvolvidas por projetos de formação continuada.

A reconstrução pedagógica também passa por discutir o tempo escolar: a Educação Integral requer reorganização da jornada e do tempo nas escolas, uma lógica que amplia o tempo educativo para além dos conteúdos formais (FARIAS; REIS, 2023).

No Estado de São Paulo, modelos como ETI (Escola de Tempo Integral) e PEI (Programa Ensino Integral) mostram que a jornada ampliada oferece condições estruturadas para promover a Educação Integral, ao passo que redesenham o trabalho docente e as relações com o território.

Apesar desse panorama promissor, a literatura aponta desafios: a invisibilidade dos saberes locais no currículo, a falta de formação docente específica para lidar com a diversidade territorial e a dificuldade de avaliação dos efeitos desses programas sobre a integralização da educação (CASTANHO; MANCINI, 2012).

Mesmo diante desses desafios, há relatos de experiências em outras cidades — como Belo Horizonte e Santarém — em que a expansão da jornada escolar ocupou praças, parques e rios,

transformando o território em espaço de pertencimento e cidadania (ALVAREZ LEITE, 2023).

Essas experiências indicam que a Educação Integral efetiva ressignifica o papel da escola na cidade, criando vínculos cotidianos com o entorno e movendo a comunidade para além da escola, construindo redes educativas e vivenciais.

Em síntese, a Educação Integral em São Paulo expressa uma proposta consistente de política pública que pretende articular escola, território e sujeito por meio de instrumentos legais, guias pedagógicos e princípios democráticos, configurando um campo educativo ampliado e plural.

Contudo, para que essa proposta alcance sua potência, é preciso que os agentes envolvidos — gestores, professores, famílias e comunidade — compreendam e reafirmem o território como matriz pedagógica e política da integralidade. A Educação Integral só será de fato transformadora se incorporar o território como sujeito simbólico e educativo.

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM CONTEXTOS URBANOS: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E CAMINHOS DE ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

A educação integral fundamenta-se em uma concepção multidimensional da formação humana, superando o paradigma tradicional que limita o ensino à esfera cognitiva. Nessa perspectiva, a jornada escolar estendida deve articular-se com espaços comunitários, culturais e urbanos — uma proposta amplamente defendida por Moll (2007), autora do conceito de “Escola Integrada”, que enfatiza a integração da escola com espaços urbanos diversos.

Desde a promulgação da LDB (Lei nº9.394/1996), há um respaldo legal para a ampliação da jornada escolar, identificada como caminho para promover o desenvolvimento integral dos estudantes (BRASIL, 1996). Contudo, essa expansão não pode se resumir à extensão do tempo; é necessária uma

reconfiguração curricular e pedagógica que incorpore dimensões culturais, sociais e políticas (CAVALIERE, 2007; ARROYO, 2012).

Cavaliere (2007) distingue várias concepções de educação integral: assistencialista, autoritária, democrática e multissetorial. A concepção democrática visa aprofundar o conhecimento, o pensamento crítico e a vivência democrática, enquanto a multissetorial propõe a descentralização das atividades educativas — inclusive para além dos muros escolares (CAVALIERE, 2007). Arroyo (2012) alerta que a mera ocupação do tempo escolar, sem articulação curricular, pode perpetuar desigualdades, sendo essencial reconhecer os educandos como sujeitos de direitos, não apenas de proteção.

Na prática, a implementação enfrenta obstáculos como infraestrutura precária, escassez de materiais pedagógicos e insuficiente formação docente (CUNHA, 2022; PEREIRA, 2024). A falta de formação contínua é apontada como um entrave à reorganização efetiva de tempos, espaços e currículos (LE MOS et al., 2022). Além disso, mudanças de contexto político, social e econômico impactam diretamente a viabilização das políticas públicas de educação integral (D'ASCENZI; LIMA, 2013).

Em contextos urbanos marcados por desigualdades, essas limitações se intensificam. A fragmentação das ações, a ausência de articulação intersetorial e a carência de diálogo com outros órgãos governamentais minam a efetividade dos projetos (CASTRO; LOPES, 2011). A gestão escolar, por sua vez, enfrenta embates entre demandas institucionais e as necessidades do Projeto Político-Pedagógico, o que evidencia a importância de uma governança participativa e comprometida com a educação integral (GANZELI; NOGUEIRA, 2020).

Mapear estratégias eficazes requer olhar para modelos como o Programa Mais Educação. Apesar de bem-intencionado, os resultados ficaram aquém das expectativas devido à falta de articulação entre o currículo central e as atividades complementares (MOLL, 2012). A

proposta de escola integrada, defendida por Moll, visa justamente superar essa fragmentação ao articular a escola com espaços urbanos e comunitários (MOLL, 2007).

Outra estratégia fundamental é a construção de territórios educativos, nos quais a escola trabalha em conjunto com a comunidade para resolver problemas reais, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Em programas como o PEI (Programa Escola Integrada), ações como a coleta de lixo no bairro evidenciam a mobilização comunitária e a construção de vínculos entre escola e território (DEUS, 2010).

A construção de comunidades de aprendizagem implica uma abordagem colaborativa, em que escola, família e comunidade participam ativamente dos processos educativos. Esse modelo estabelece a responsabilidade compartilhada pela educação e promove ambientes dialógicos e cooperativos (FREITAS, 2010).

Historicamente, autores como Anísio Teixeira já defendiam a integração entre escola e comunidade por meio da municipalização do ensino, entendendo que a escola local está mais próxima das demandas da comunidade (TEIXEIRA, 1966). Essa perspectiva ajuda a ressignificar a escola como parte ativa do território.

Para consolidar essas práticas, é crucial investir em formação docente que contemple dimensões pedagógicas, territoriais e intersetoriais. Essa formação qualificada permite que o tempo integral se torne uma experiência formativa significativa, e não apenas uma ampliação horária (LE MOS et al., 2022).

A participação ativa da comunidade escolar é outro fator estratégico. Quando professores, famílias e moradores participam da construção do projeto educativo, ampliam-se os sentidos atribuídos à escola e fortalece-se a articulação com o território (GOMES, 2025).

A infraestrutura adequada também é peça-chave: sem espaços apropriados para atividades culturais, esportivas e educativas, o

potencial da educação integral fica comprometido (PEREIRA, 2024). Isso demanda investimento público e planejamento comprometido com a equidade.

Por fim, a articulação intersetorial — com saúde, cultura, assistência social — amplia o suporte à escola e reforça seu papel como agente transformador no território, impulsionando uma educação integral que integra saberes e práticas sociais (CAVALIERE, 2007).

Conclui-se que a educação integral, respaldada por fundamentos teórico-políticos como os de Moll, Cavaliere, Arroyo e Teixeira, enfrenta desafios complexos nos contextos urbanos. Contudo, a adoção de estratégias articuladas — reconfiguração curricular, formação docente, comunidades de aprendizagem, infraestrutura e intersetorialidade — possibilita a efetiva articulação entre escola e território, contribuindo para uma educação integral mais equitativa e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação integral, ao propor uma formação que contempla todas as dimensões do ser humano, representa uma estratégia pedagógica e política voltada para a garantia de direitos e para a superação das desigualdades históricas que marcam o sistema educacional brasileiro. Em contextos urbanos como o da cidade de São Paulo, essa proposta se torna ainda mais urgente e complexa, uma vez que o território paulistano é atravessado por profundas assimetrias sociais, econômicas e culturais que impactam diretamente o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

Ao longo deste capítulo, evidenciou-se que a efetivação da educação integral demanda uma reestruturação não apenas da jornada escolar, mas do próprio papel da escola na sociedade. Essa reconfiguração implica um reposicionamento institucional que reconheça a cidade como território educativo, valorizando os saberes comunitários e as redes de apoio

existentes nos bairros. Em São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação tem investido em políticas públicas voltadas à ampliação do tempo escolar, como os Centros Educacionais Unificados (CEUs) e os programas de tempo integral. No entanto, a qualidade dessas iniciativas ainda depende de articulações intersetoriais consistentes e do fortalecimento do diálogo com as comunidades escolares.

A cidade de São Paulo apresenta características territoriais diversas, que exigem políticas educacionais sensíveis às especificidades locais. Bairros periféricos frequentemente concentram escolas com menor infraestrutura, altos índices de vulnerabilidade social e carência de equipamentos culturais, o que evidencia a importância da territorialização das políticas públicas. Nesse sentido, a proposta de territórios educativos emerge como uma alternativa viável e potente para articular escola, família, comunidade e poder público em torno de projetos coletivos de formação integral.

Outro aspecto crucial diz respeito à formação docente. Garantir que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com a complexidade do território e para desenvolver práticas pedagógicas integradoras é condição essencial para o sucesso de qualquer iniciativa de educação integral. Em São Paulo, as formações continuadas precisam ser fortalecidas e alinhadas com os princípios da educação integral, priorizando metodologias participativas e contextualizadas.

As experiências positivas já em curso na cidade demonstram que, quando há compromisso político, planejamento estratégico e envolvimento da comunidade, é possível avançar rumo a uma escola que ultrapassa seus muros e se torna parte ativa da vida urbana. A construção de redes intersetoriais, o mapeamento de atores e recursos do território e o fortalecimento da gestão democrática são caminhos que potencializam a educação integral como instrumento de justiça social.

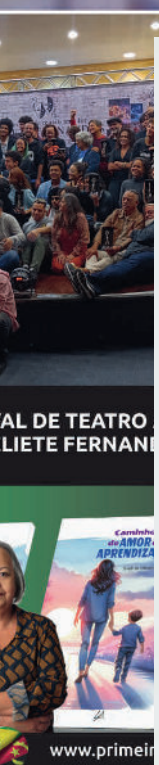
Portanto, para que a educação integral se consolide na cidade de São Paulo como política

pública estruturante, é necessário que ela deixe de ser vista como um projeto complementar ou episódico e passe a ser incorporada como eixo central do sistema educacional. Isso implica reconhecer que o direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas envolve condições materiais e simbólicas para o pleno desenvolvimento dos sujeitos em seus contextos de vida.

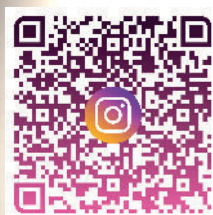
A articulação entre escola e território, nesse contexto, deixa de ser um ideal abstrato e se torna um imperativo ético e político. A cidade educadora que se vislumbra é aquela em que a escola dialoga com os múltiplos saberes e espaços do território, promovendo experiências educativas significativas, emancipadoras e socialmente comprometidas. No cenário paulistano, esse é um desafio imenso, mas também uma oportunidade de transformar a educação pública em vetor de cidadania, equidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. In: MOLL, Jaqueline (org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- CASTRO, Maria Helena; LOPES, Aline Soares. Políticas públicas de educação integral: entre a concepção e a implementação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 38–57, jan./abr. 2011.
- CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral: conceitos e história. In: COLEÇÃO CADERNOS SECAD. Brasília: MEC/SECAD, 2007. p. 13–26.
- CUNHA, Maria da Silva. A educação em tempo integral no Brasil: avanços e desafios. Revista Brasileira de Educação, v. 29, n. 1, p. 45–60, 2022.
- DEUS, José de Oliveira. Territórios educativos e pertencimento: ações do PEI e vínculos comunitários. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 143–160, 2010.
- D’ASCENZI, Luiz Otávio; LIMA, Renata. A influência do contexto político, social e econômico na implementação de políticas educacionais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 29, n. 2, p. 237–256, 2013.
- FREITAS, Maria Paula Gonçalves. Comunidade de aprendizagem: responsabilidade compartilhada pela educação. Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 65–78, 2010.
- GANZELI, Patrícia; NOGUEIRA, Rogério. Gestão escolar e desafios da educação integral. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 36, n. 2, p. 521–540, 2020.
- GOMES, Felipe. A participação da comunidade na implementação da educação integral nas escolas públicas. Revista de Educação Comunitária, v. 12, n. 1, p. 50–65, 2025.
- LEMOS, Rosângela Aparecida Ferreira et al. Educação de tempo integral: desafios na implementação da política pública em uma escola pública do Ceará. Anais do CONEDU – Congresso Nacional de Educação, João Pessoa, 2022.
- MOLL, Jaqueline. Educação integral e o desafio da construção de uma agenda pública. In: MOLL, Jaqueline (org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 25–42.
- PEREIRA, Ana Lúcia. Infraestrutura escolar e educação em tempo integral: desafios contemporâneos. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 34, n. 2, p. 200–215, 2024.
- SESC São Paulo. Educar Hoje – Educação Integral e Cidades Educadoras. São Paulo, 17 ago. 2017. Programa Curumim. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/educar-hoje-educacao-integral-e-cidades-educadoras/>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- TEIXEIRA, Anísio. Educação é um direito. São Paulo: Editora Nacional, 1966.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.60>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Ana Maria Dainauskas Soares
Angélica Rodrigues Valentin
Angelina de Fátima Chitundo Estêvão Yopilo
Áurea Carvalho de Souza
Daniel Pedro José
Daniela dos Santos Magalhães
Domingos Elias Sachico
Domingos Fernando Cassuende Lucunde
Dorivaldo da Graça Guedes Tavares
e Edmilson dos Prazeres da Silva
Edson Maria Sebastião Jorge
Elisete Vicente da Silva Oliveira
Estevão Quixina Cassule
Eunice Muansa Mueshi
Feliciano da Cruz Vicente Manuel
Fernando Sanji
Fortuna Neto Figueiredo Vitangui
Girleene Nascimento da Silva Mantovani
Ingrid da Silva Cavalcante de Paula
Joaquim Pereira Bravo
José Campos Kifuba
Juliana da Silva Oliveira
Luzinete Bispo dos Santos
Manuel Esteves Mutalo Coa
Manuel Ligas António
Maria Aparecida Armandilha Nunes
Marcelo Santos de Mascarenhas
Maria Mvú André Dondo
Mariangela de Jesus Chagas
Mirella Clerici
Nelito António
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Sílvia Harue Yogui
Solange Aparecida Silva
Suellen Vidal Araújo da Silva
Sylas Ivan Rizzo Tudech
Tânia Maria Pereira Castro
Tháís Maranhão Pereira Rodrigues
Vanessa Fernandes Leandro de Assunção
Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Parceiros:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

